

12. Liberalismo e utilitarismo

Ao contrário de Tocqueville, Mill foi liberal e democrata: considerou a democracia, e em particular o governo representativo (que ele também chamava de “governo popular”), como o desenvolvimento natural e conseqüente dos princípios liberais. Não que ele não percebesse os males de que sofria o governo democrático. Mas buscou-lhes os remédios com maior confiança num futuro de progresso gradual e necessário. Em seus últimos escritos considera até mesmo como não incompatíveis o liberalismo e o socialismo. Suas duas principais obras de teor político (ele foi, sobretudo, um filósofo e um economista) são intituladas, respectivamente, *Sobre a Liberdade* (1859) e *Considerações sobre o Governo Representativo* (1863). Tocqueville foi um historiador e um escritor político; Mill foi também um teórico da política e, bem mais do que seu admirado amigo francês, teve a vocação e o talento do reformador.

Como teórico, remetendo-se à filosofia utilitarista de seu mestre maior, Jeremy Bentham (1748-1832), pôs a doutrina liberal sobre um fundamento diverso do dos es-

critores precedentes, dando vida (ou, para dizer melhor, uma notável sustentação) à corrente do liberalismo que será depois largamente prevalecente. A doutrina precedente havia fundado o dever dos governantes de restringir o exercício do poder público sobre a existência de direitos naturais, por isso invioláveis, dos indivíduos. Num escrito de 1795, *Anarchical Fallacies*, Bentham havia desfechado um violento ataque contra as Declarações dos direitos franceses, pondo em relevo com corrosiva ironia, sua debilidade filosófica, sua inconsistência lógica e seus equívocos verbais, além de sua total ineficácia prática. A propósito da declaração de que todos os homens nascem livres, exclama: “Absurda e miserável bobagem!”. E explica: “Não existe nada de semelhante a direitos naturais, nada de semelhante a direitos anteriores às instituições de governo, nada de semelhante a direitos naturais opostos ou em contradição com os legais”.⁴³ Em contraposição à secular tradição do jusnaturalismo, Bentham formula o “princípio de utilidade”, segundo o qual o único critério que deve inspirar o bom legislador é o de emanar leis que tenham por efeito a maior felicidade do maior número. O que quer dizer que, se devem existir limites ao poder dos governantes, eles não derivam da pressuposição extravagante de inexistentes e de modo algum demonstráveis direitos naturais do homem, mas da consideração objetiva de que os homens desejam o prazer e rejeitam a dor, e em conseqüência a melhor sociedade é a que consegue obter o máximo de felicidade para o maior número de seus componentes. Na tradição do pensamento anglo-saxão, que certamente é a que forneceu a mais duradoura e coerente contribuição ao desenvolvimento do liberalismo, a partir de Bentham utilitaris-

(43) Jeremy Bentham, *Anarchical Fallacies*, in *The Works*, J. Bowring (org.), Edimburgo, William Tait, vol. 2, p. 500.

mo e liberalismo passam a caminhar no mesmo passo, e a filosofia utilitarista torna-se a maior aliada teórica do Estado liberal. A passagem do jusnaturalismo ao utilitarismo assinala para o pensamento liberal uma verdadeira crise dos fundamentos, que alcançará o renovado debate a respeito dos direitos do homem desses últimos anos.

Mill é um utilitarista declarado e convicto:

A doutrina que admite como fundamento da moralidade a utilidade ou o princípio da máxima felicidade sustenta que as ações humanas são justas na medida em que tendem a promover a felicidade, e injustas na medida em que tendem a promover o contrário da felicidade.⁴⁴

E entende a felicidade benthamianamente, como o prazer ou a ausência da dor, a infelicidade como dor ou a privação do prazer. Por outro lado, enquanto doutrina moral que critica e refuta toda outra forma de fundamento da obrigação moral que não seja a que faz referência ao prazer e à dor, o utilitarismo se preocupa não com a utilidade do indivíduo isolado com respeito à dos outros indivíduos, mas com a utilidade social, não com “a felicidade singular de quem age, mas com a felicidade de todos os interessados”, tal como pode ser avaliada por um “espectador benévolo e desinteressado”.⁴⁵ Consequentemente, e em coerência com a crítica benthamiana dos direitos naturais, Mill rejeita a tentação de recorrer à doutrina jusnaturalista para fundar e justificar a limitação do poder do Estado. Afirma expressamente na intro-

(44) J. S. Mill, *Utilitarianism* (1863) (trad. it., E. Musacchio (org.), Bolonha, Cappelli, 1981, p. 58)

(45) Trad. cit., p. 68

dução a *Sobre a Liberdade*, onde apresenta e propõe os princípios inspiradores da sua doutrina: “É oportuno declarar que renuncio a qualquer vantagem que para minha argumentação poderia derivar da concepção do direito abstrato como independente da utilidade”, pois “considero a utilidade como o critério último em todas as questões éticas”, desde que se trate “da utilidade em seu sentido mais amplo, fundado sobre os interesses permanentes do homem enquanto progressivo”.⁴⁶

Seguindo a trilha da tradição do pensamento liberal, a liberdade pela qual se interessa Mill é a liberdade negativa, ou seja, a liberdade entendida como situação na qual se encontra um sujeito (que tanto pode ser um indivíduo quanto um grupo que age como um todo único) que não está impedido por qualquer força externa de fazer aquilo que deseja e não está constrangido a fazer aquilo que não deseja. Trata-se para Mill, então, de formular um princípio à base do qual sejam estabelecidos, por um lado, os limites nos quais é lícito ao poder público restringir a liberdade dos indivíduos; por outro lado, e correspondentemente, o âmbito no qual os indivíduos ou os grupos possam agir sem encontrar obstáculos no poder do Estado; trata-se, então, em outras palavras, de delimitar a esfera privada com respeito à pública de modo que o indivíduo possa gozar de uma liberdade protegida contra a invasão por parte do poder do Estado, liberdade essa que deverá ser a mais ampla possível no necessário ajustamento do interesse individual ao interesse coletivo. O princípio proposto por Mill é o seguinte: “A humanidade está justificada, individual ou coletivamente, a interferir sobre a liberdade de ação

(46) J. S. Mill, *On Liberty* (1858), in *Collected Papers of John Stuart Mill*, cit., vol. 18, p. 224 (trad. it., G. Giorello e M. Mondadori (orgs.), Milão, Il Saggiatore, 1981, p. 34).

de quem quer que seja apenas com o objetivo de se proteger", razão pela qual "o único objetivo pelo qual se pode exercer legitimamente um poder sobre qualquer membro de uma comunidade civil, contra a sua vontade, é o de evitar danos aos outros".⁴⁷ Segue-se daí que "se alguém comete um ato que prejudica outros, tem-se então um motivo evidente para puni-lo com sanções legais ou, no caso em que seja de incerta aplicação, com a desaprovação geral".⁴⁸

O objetivo a que se propõe Mill ao enunciar esse princípio é o de limitar o direito do Estado de restringir a esfera da liberdade individual — na qual o indivíduo pode escolher entre várias alternativas, e de induzir os cidadãos a fazer ou não fazer algo contra a vontade deles — apenas à esfera das ações externas (no sentido kantiano da palavra), isto é, às ações com as quais um indivíduo, para satisfazer um interesse próprio, pode interferir no interesse de um outro; e, correspondentemente, de salvaguardar o singular da ingerência do poder público em todas as ações que dizem respeito apenas a ele, como a esfera da consciência interior e da liberdade de pensamento e de opinião, da liberdade de agir segundo os próprios gostos e os próprios projetos, da liberdade de se associar com outros indivíduos. No caso de se ter conveniado chamar de paternalismo toda doutrina política que atribui ao Estado o direito de interferir na esfera interior do indivíduo com base na consideração de que todo indivíduo, inclusive o adulto, precisa ser protegido das próprias inclinações e dos próprios impulsos, então o liberalismo se revela ainda uma vez em Mill, como em Locke e em Kant, a doutrina antipaternalista por excelência, na medida em que parte do pressuposto ético se-

(47) Trad. cit., p. 12.

(48) Trad. cit., p. 14.

gundo o qual, para lembrar uma forte expressão milliana, "cada um é o único guardião autêntico da própria saúde, tanto física quanto mental e espiritual".⁴⁹ Não estou afirmando que não existam elementos paternalistas também em Mill (como de resto em Locke e em Kant). Tenha-se em mente o fato de que, na definição acima referida, Mill limita o próprio assunto aos membros "de uma comunidade civil", civilizada: o princípio da liberdade vale, portanto, apenas para indivíduos na plenitude de suas faculdades. Não vale para os menores de idade, ainda sujeitos à proteção paterna, e não vale para as sociedades atrasadas, que podem ser em bloco consideradas como formadas por menores de idade. Sobre esse último ponto a opinião de Mill é muito clara: "O despotismo é uma forma legítima de governo quando se está na presença de bárbaros, desde que o fim seja o progresso deles e os meios sejam adequados para sua efetiva obtenção".⁵⁰ À parte a subordinada concessiva (mas quem julga o fim e quem julga a adequação dos meios ao fim?), tal opinião de Mill em nada difere da tradicional justificação dos regimes despóticos, que já conforme Aristóteles eram vistos como adequados aos povos naturalmente servos.

(49) Trad. cit., p. 36.

(50) Trad. cit., p. 33.

13. A democracia representativa

Tanto quanto Tocqueville, Mill também teme a tirania da maioria e a considera um dos males dos quais a sociedade deve se proteger. Isso, porém, não o leva a renunciar ao governo democrático. No livro sobre a democracia representativa, publicado poucos anos após o ensaio sobre a liberdade, põe-se o clássico problema da melhor forma de governo e responde que ela é, precisamente, a democracia representativa, que constitui, ao menos nos países com um certo grau de civilização, o prosseguimento natural de um Estado desejoso de assegurar aos seus cidadãos o máximo de liberdade: "A participação de todos nos benefícios da liberdade é o conceito idealmente perfeito do governo livre". Tal máxima é confortada pelo seguinte comentário:

Na medida em que alguns, não importa quem, são excluídos desses benefícios, seus interesses são deixados sem as garantias concedidas aos demais, ficando-lhes diminuídas as possibilidades e os estímulos que de outra maneira teriam para a aplicação

das energias em prol do próprio bem e do bem da comunidade.⁵¹

Trata-se de um comentário que mostra com grande clareza o nexo entre liberalismo e democracia ou, mais precisamente, entre uma determinada concepção de Estado e os modos e as formas de exercício do poder capazes de melhor assegurar a sua atuação.

A afirmação segundo a qual o perfeito governo livre é aquele em que todos participam dos benefícios da liberdade leva Mill a se fazer promotor da extensão do sufrágio, sobre a trilha do radicalismo de origem benthamiana de que nascera a reforma inglesa eleitoral de 1832. Um dos remédios contra a tirania da maioria está exatamente no fato de que, para a formação da maioria, participem das eleições tanto as classes abastadas (que sempre constituem uma minoria da população que tende naturalmente a prover aos próprios interesses exclusivos) quanto as classes populares, desde que paguem um imposto por menor que seja. A participação no voto tem um grande valor educativo: é através da discussão política que o operário (*the manual labourer*), cujo trabalho é repetitivo e cujo ambiente de fábrica é angustiante, consegue compreender a relação entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversas das suas cotidianas relações de trabalho, tornando-se, assim, membro consciente de uma grande comunidade: "Numa nação civilizada e adulta não deveriam existir nem párias nem homens incapacitados, exceto por culpa própria".⁵²

O sufrágio universal, porém, é um ideal limite, do

(51) J. S. Mill, *Considerations on Representative Government*, in *Collected Papers*, cit., vol. 19, p. 406.

(52) *Op. cit.*, p. 470.

qual as propostas millianas ainda estão muito distantes: além dos falidos e dos devedores fraudulentos, Mill exclui do direito de voto os analfabetos (pregando o ensino estendido a todos: “o ensino universal deve preceder o sufrágio universal”) e os que vivem de esmolas das paróquias, com base na consideração de que quem não paga um pequeno imposto não tem o direito de decidir o modo pelo qual cada um deve contribuir para as despesas públicas. Por outro lado, Mill é favorável ao voto feminino (contrariamente à tendência prevalecente nos Estados europeus, que em geral chegaram à extensão do voto aos analfabetos antes que às mulheres), com base no argumento de que todos os seres humanos têm interesse em ser bem governados e, portanto, todos têm igual necessidade de voto para assegurar a parte dos benefícios que cabe a cada membro da comunidade. Invertendo o argumento habitual dos antifeministas, Mill sustenta que “se houver alguma diferença, as mulheres têm maior necessidade do voto do que os homens, já que, sendo fisicamente mais frágeis, dependem para sua proteção muito mais da sociedade e das leis.”⁵³

O segundo remédio contra a tirania da maioria consiste, para Mill, numa mudança do sistema eleitoral, isto é, na passagem do sistema majoritário — pelo qual todo colégio tem o direito de conduzir apenas um candidato e dos candidatos em disputa aquele que recebe a maioria dos votos (não importa se em um ou dois turnos) vence e os demais perdem — para o sistema proporcional (que Mill acolhe seguindo a formulação de Thomas Hare, 1806-1891), que assegura uma adequada representação também às minorias, em proporção aos votos recebidos ou num único colégio nacional ou num colégio amplo o suficiente para permitir a eleição de vários represen-

tes. Ao apresentar as vantagens e as qualidades positivas do novo sistema, Mill sublinha o freio que a maioria encontraria na presença de uma minoria aguerrida capaz de impedir a maioria de abusar do próprio poder e, portanto, a democracia de degenerar. Mill encontra, assim, ocasião para fazer um dos mais altos elogios ao antagonismo que o pensamento liberal jamais registrou, numa passagem em que se pode condensar a essência da ética liberal:

Nenhuma comunidade jamais conseguiu progredir senão aquelas em que se desenvolveu um conflito entre o poder mais forte e alguns poderes rivais; entre as autoridades espirituais e as temporais; entre as classes militares ou territoriais e as trabalhadoras; entre o rei e o povo; entre os ortodoxos e os reformadores religiosos.⁵⁴

Não obstante a plena aceitação do princípio democrático e o elogio da democracia representativa como a melhor forma de governo, o ideal da democracia perfeita está ainda bem longe de ser alcançado. Quase para atenuar o efeito inovador do sufrágio ampliado, Mill propõe o instituto — que acabou por não ter sucesso — do voto plural, segundo o qual, se é justo que todos votem, não está afirmado que todos devam ter direito a um único voto: segundo Mill, o voto plural caberia não aos mais ricos, mas aos mais intruídos, com a reserva de poder ser atribuído aos que o solicitem e passem por um exame. Não por acaso nas constituições modernas se afirma que o direito de voto deve ser “igual” (como no artigo 48 da constituição italiana vigente).

(53) *Op. cit.*, p. 479

(54) *Op. cit.*, p. 459.

14. Liberalismo e democracia na Itália

Com todos os limites inerentes a um liberalismo ainda fortemente impregnado de paternalismo e de uma democracia incompleta e não igualitária, a obra de Mill representou um fecundo encontro entre pensamento liberal e pensamento democrático. Não obstante isso, liberais e democratas continuaram, como de resto continuam até hoje, a dar vida a movimentos e alinhamentos políticos diferenciados, contrapostos conforme o alvo principal seja a crescente invasão do Estado, interpretada pelos liberais — não sem razão — como uma consequência do processo de democratização, ou a persistência de oligarquias políticas e de fortes desigualdades econômicas, interpretadas pelos democratas — não sem razão — como uma consequência da lentidão com que aquele processo de democratização ocorreu e dos obstáculos que a ele foram interpostos pelos *beati possidentes*. Nesse sentido, a contraposição entre liberalismo e democracia também pode ser considerada de um outro ponto de vista: o desenvolvimento da doutrina liberal está estreitamente ligado à crítica econômica das sociedades

autocráticas; o desenvolvimento da doutrina democrática está mais estreitamente ligado a uma crítica de caráter político ou institucional. O certo é que por todo o século passado liberalismo e democracia designam doutrinas e movimentos antagônicos entre si: os liberais, que defendem a conquista ou a exigência dos direitos de liberdade, de que é portadora a idade da restauração, desconfiam das nostalgias revolucionárias dos democratas; os democratas, que entendem não ter se completado o processo de emancipação popular iniciado com a Revolução Francesa e interrompido com a restauração, rejeitam os liberais como o partido dos moderados. Antes da formação dos partidos socialistas, os parlamentares se dividiam em dois alinhamentos contrapostos, o partido da conservação e o partido do progresso, correspondentes, *grosso modo*, à contraposição entre liberais e democratas, sendo considerada como a dialética política mais correta aquela que se desenrola alternadamente entre esses dois alinhamentos, embora na pátria do parlamento e do bipartidarismo, a Inglaterra, os dois partidos contrapostos fossem chamados respectivamente de conservador e liberal (mas o conteúdo dos programas dos partidos muda com o passar do tempo, mesmo que não mude o nome deles). Para uma gradual convergência entre a tradição liberal e a democrática contribuem precisamente, primeiro, a formação dos partidos socialistas e, ainda mais, o aparecimento, no século seguinte, de regimes nem liberais nem democráticos, como os regimes fascistas, e do regime instaurado pela revolução de outubro na Rússia: diante da novidade representada pelos Estados totalitários do século vinte, as diferenças originárias entre liberalismo e democracia tornar-se-ão histórica e politicamente irrelevantes.

No pensamento político italiano da segunda metade do século passado, que de resto reflete as linhas gerais do

pensamento político europeu, especialmente o francês, a contraposição entre escola liberal e escola democrática é bastante clara, especialmente em decorrência da presença ativa de um escritor e agitador político como Mazzini (1805-1872); sempre incluído, mesmo fora de nosso país, entre os expoentes mais representativos das correntes democráticas que agitam as nações européias em luta contra as velhas autocracias.

Expondo sua interpretação da obra literária de Mazzini, Francesco De Sanctis (1817-1883) traçou as linhas mestras da distinção entre a escola liberal e a escola democrática, consideradas como as duas correntes vivas do espírito público italiano no século XIX. Embora pondo em destaque sobretudo o aspecto literário, De Sanctis observou que a semelhança entre ambas estava no fato de que nelas se tinham misturado fins políticos, morais, religiosos, donde, ao contrário das escolas meramente literárias, elas terem agido sobre toda a sociedade italiana e não só sobre o restrito círculo dos literatos. De resto, o próprio De Sanctis, dedicando uma parte de seu curso a Mazzini, julgava estar fazendo obra útil ao dever de educação nacional, na qual incluía a formação de uma jovem esquerda capaz de assegurar uma nova direção ao país, “uma nova postura diante das classes populares, um novo conceito do que é nacional, diverso do da direita histórica, mais amplo, menos exclusivista, menos policialesco”.⁵⁵ Interpretava a escola liberal como aquela que havia rejeitado a liberdade como fim último, da qual se tinham feito divulgadores os filósofos do século XVIII, mestres da revolução, e se contentara com a liberdade como meio ou como método ou “procedimento”, com a liberdade apenas formal, da qual cada um podia servir-se para os próprios fins.

(55) Francesco De Sanctis, *Letteratura e Vita Nazionale*, Turim, Einaudi, 1950, p. 7.

Nesta escola liberal — comentava — entram homens com fins os mais diversos, como se estivessem sobre terreno comum: os clericais que querem livre a Igreja, os conservadores que desejam a liberdade das classes superiores, os democratas que querem a liberdade das classes inferiores, os progressistas que buscam seguir em frente sem forçar a natureza.⁵⁶

Ao contrário, entendia a escola democrática como a que era inspirada pelo ideal de uma nova sociedade “fundada na justiça distributiva, na igualdade de direito, a qual, nos países mais avançados, também é igualdade de fato”, e para a qual a liberdade não era apenas procedimento ou método mas “substância”.⁵⁷ E precisava:

Onde existe desigualdade, a liberdade pode estar escrita nas leis, no estatuto, mas não é coisa real: não é livre o camponês que depende do proprietário, não é livre o empregado que permanece submetido ao patrão, não é livre o homem da gleba sujeito ao trabalho incessante dos campos.⁵⁸

Concluía afirmando que essas idéias conduzem à *res publica*, que “não é o governo deste ou daquele, não é o poder arbitrário ou domínio de classes: é o governo de todos”.⁵⁹ Um Estado que considera a liberdade como meio pode ser neutro, indiferente ou ateu. Não pode ser assim o Estado de todos, a *res publica* precisamente, que

(56) Francesco De Sanctis, *Mazzini e la Scuola Democratica*, Turim, Einaudi, 1951, p. 6.

(57) *Op. cit.*, p. 13.

(58) *Op. cit.*, p. 14.

(59) *Op. cit.*, pp. 13-14.

deve se propor o objetivo da educação nacional, e isso especialmente após uma unificação rápida e forçada.

Para permanecer na Itália, esse persistente contraste pode ser eficazmente representado pela contraposição entre os dois maiores protagonistas do nosso *risorgimento**, Cavour (1810-1868) e Mazzini. Um dos primeiros autores de que o jovem Cavour absorve certos princípios desde então jamais abandonados foi além de Constant, Bentham. Dele Cavour extraiu a idéia da insustentabilidade das teorias jusnaturalistas e uma forte convicção a respeito da bondade do utilitarismo, ao ponto mesmo de se considerar com visível prazer um “benthamiano *endurci*”⁶⁰.** Num de seus escritos doutrinários mais completos, *Os Sistemas e a Democracia. Pensamentos* (1850), Mazzini faz de Bentham, com sua doutrina utilitarista, o maior responsável pelo materialismo imperante nas doutrinas democráticas e socialistas, de Saint-Simon (1760-1825) aos comunistas, mas não cita expressamente nem Marx (1818-1883) nem Engels (1820-1895); além do mais, chama Bentham de “chefe e legislador da escola” que compreende todos os “admiradores do útil”.⁶¹ A doutrina do útil Mazzini contrapõe a idéia do dever e do sacrifício pela santa causa da humanidade:

Não — exclama —, o interesse e o prazer não são os meios com que a democracia poderá transformar o

(*) *Risorgimento*: período histórico compreendido, *grosso modo*, entre o final do século XVIII e 1870, no qual se completou o processo de formação do Estado unitário italiano. (N. T.)

(60) Extraio essa citação de R. Romeo, *Cavour e il suo Tempo. I*, 1810-1842, Bari, Laterza, 1969, p. 288.

(**) *Endurci*: em francês no original — endurecido, empedernido, intransigente. (N. T.)

(61) G. Mazzini, *I Sistemi e la Democrazia. Pensieri*, in Mazzini, G. Galasso (org.), Bolonha, Il Mulino, 1961, pp. 101-102.

elemento social; uma teórica do útil não fará com que os confortos da riqueza sintam os sofrimentos das classes pobres e a urgente necessidade de um remédio.⁶²

Cavour é um admirador de Tocqueville, com quem divide a apreensão pela marcha inexorável da humanidade para a democracia. Tocqueville, ministro do Exterior da república francesa de junho de 1849, dá a palavra definitiva sobre a queda da república romana, e Mazzini endereça a ele e ao ministro Falloux (1811-1886) uma veemente carta na qual os apostrofa como “últimos alunos de uma escola que, começando por predizer a doutrina atéia da arte, terminou na fórmula do poder pelo poder”.⁶³ Cavour, defensor do *juste milieu*, ou seja, de uma solução intermediária, a única conforme à razão, entre reação e revolução. Mazzini, intransigente propagador da revolução nacional, que se coloca claramente num dos dois extremos rejeitados pela flexível solução dos doutrinadores liberais. Cultor da ciência econômica, admirador dos grandes economistas, de Smith a Ricardo (1772-1823), Cavour, liberista convicto e irredutível, foi seguidor das teorias do livre-cambismo, que Mazzini sempre combateu com força propugnando um Estado investido de função educativa e oposto à concepção liberal do Estado como mal inevitável e, portanto, limitado tão-somente ao ofício de agente de polícia. Nada de mais distante do pensamento de um liberal inteiro como Cavour do que a crítica mazziniana do Estado “despido de toda virtude iniciadora, sem outra missão senão a de impedir”, tanto que

(62) *Op. cit.*, p. 110.

(63) G. Mazzini, *Lettera ai Signori Tocqueville e Falloux Ministri di Francia*, in G. Mazzini, *Scritti Politici*, T. Grandi e A. Comba (orgs.), Turim, Utet, 1972, p. 647.

substituiu a sociedade por um agregado de indivíduos, obrigados a se manter pacíficos, mas dedicados a fins particulares, e livres para escolher cada um o próprio caminho, ajude ou não ajude ao cumprimento da missão comum. Em política como em economia o *laissez faire, laissez passer* é a suprema fórmula da escola.⁶⁴

Nada de mais hostil à mentalidade cavouriana favorável ao progresso através da gradual adaptação das instituições à evolução da sociedade que o abstrato revolucionarismo mazziniano, que contrapõe ao simples e saudável critério do útil o imperativo do sacrifício, transformando a iluminista exaltação dos direitos individuais numa severa prédica dos deveres. “Fiel ao seu benthamianismo originário — escreve Romeo —, Cavour fica persuadido de que o progresso econômico realmente não contrasta, ao contrário coincide, com o espiritual e moral”.⁶⁵ Por antítese, fiel ao seu originário antibenthamianismo, Mazzini afirma que o progresso espiritual é condição do progresso material: com a doutrina da felicidade e do bem-estar inspirada no utilitarismo, formam-se homens egoístas, adoradores da matéria. “Trata-se, pois, de encontrar um princípio educativo superior... E esse princípio é o dever”.⁶⁶

(64) G. Mazzini, *I Sistemi e la Democrazia*, cit., p. 96.

(65) R. Romeo, *Cavour e il suo Tempo*, cit., p. 288.

(66) G. Mazzini, *Dei Doveri dell'Uomo*, in *Scritti Politici*, cit., p. 847.

15. A democracia diante do socialismo

Não obstante o conúbio histórico, lenta e arduamente realizado, entre ideais liberais e ideais democráticos, o contraste entre liberalismo e democracia jamais chegou a diminuir. Ao contrário, sob certos aspectos veio se acentuando nos últimos anos.

Para manter vivo o contraste e acentuá-lo, sobreveio, a partir da segunda metade do século passado, a entrada na cena política do movimento operário, que se vai inspirando cada vez mais nas doutrinas socialistas, antitéticas às liberais, embora sem repudiar o método democrático, que sobrevive numa expressiva parte do movimento, regra geral em sua ala reformista, como, por exemplo, no partido trabalhista inglês ou no partido social-democrático alemão. A relação entre liberalismo e democracia, como vimos, nunca foi de antítese radical, apesar de ter sido difícil e freqüentemente contestado o enxerto dos ideais democráticos no tronco originário dos ideais liberais, e apesar da integração entre liberalismo e democracia, onde ocorreu, ter se dado lentamente, não sem contrastes e rupturas. A relação entre liberalismo e socialismo, ao contrário, foi desde o início uma relação de antítese clara, e isso não apenas, como seria possível

acreditar, na doutrina marxiana e marxista. O pomo da discórdia foi a liberdade econômica, que pressupõe a defesa ilimitada da propriedade privada. Por mais definições que se possam dar do socialismo do século passado (e foram dadas centenas), há ao menos um critério distintivo constante e determinante para distinguir uma doutrina socialista de todas as outras: a crítica da propriedade privada como fonte principal da “desigualdade entre os homens” (para retomar o conhecido discurso de Rousseau) e a sua eliminação total ou parcial como projeto da sociedade futura. A maior parte dos escritores socialistas e dos movimentos que neles se inspiraram identificaram o liberalismo — com ou sem razão, mas no plano histórico certamente com razão — com a defesa da liberdade econômica e, portanto, com a defesa da propriedade individual como única garantia da liberdade econômica, entendida por sua vez como pressuposto necessário da real explicação de todas as outras liberdades. Numa concepção classista da história, que o movimento socialista havia herdado da historiografia burguesa, segundo a qual o principal sujeito histórico são as classes e o desenvolvimento histórico se faz com a passagem do domínio de uma classe para o domínio de uma outra classe, o liberalismo, interpretado como a concepção segundo a qual a liberdade econômica é o fundamento de todas as demais liberdades e sem ela nenhum homem pode ser verdadeiramente livre, terminava por ser degradado, pelos escritores socialistas e não só por Marx (que apesar disso exerceu uma prevalente influência na formação dos partidos socialistas continentais, especialmente na Alemanha e na Itália), a pura e simples ideologia da classe burguesa, isto é, a ideologia da parte adversa que os socialistas deveriam combater até a completa extinção.

Enquanto a relação entre liberalismo e socialismo foi de clara antítese, tanto se o socialismo fosse julgado

à base de seu projeto de sociedade futura como se fosse considerado como a ideologia de uma classe destinada a suceder a classe burguesa no desenvolvimento progressivo da história, a relação entre socialismo e democracia foi bem mais, desde a origem, uma relação de complementaridade, assim como houvera sido até então a relação entre democracia e liberalismo. Tornou-se opinião corrente que o socialismo, julgado até então como incompatível com o liberalismo, não era de fato incompatível com a democracia. Para reforçar o nexo de compatibilidade (melhor: de complementaridade) entre socialismo e democracia, foram sustentadas duas teses: antes de tudo, o processo de democratização produziria inevitavelmente, ou pelo menos favoreceria, o advento de uma sociedade socialista, fundada na transformação do instituto da propriedade e na coletivização pelo menos dos principais meios de produção; em segundo lugar, apenas o advento da sociedade socialista reforçaria e alargaria a participação política e, portanto, tornaria possível a plena realização da democracia, entre cujas promessas — que a democracia liberal jamais seria capaz de cumprir — estava também a de uma distribuição igualitária (ou ao menos mais igualitária) do poder econômico e do poder político. Com base nessas duas teses, a indissolubilidade de democracia e socialismo passou a ser demonstrada, por parte das correntes principais do socialismo, como uma condição necessária do advento da sociedade socialista e, por parte das correntes democráticas, como uma condição do desenvolvimento da própria democracia.

Com isso não se quer dizer que a relação entre democracia e socialismo tenha sido sempre pacífica. Sob certos aspectos, aliás, foi com frequência uma relação polêmica, não diversamente da relação entre liberalismo e democracia. Era evidente que o recíproco reforço da

democracia pelo socialismo e do socialismo pela democracia era uma relação circular. De que ponto do círculo dever-se-ia começar? Começar pelo alargamento da democracia significava contentar-se com um desenvolvimento gradual e incerto. Era, ao contrário, possível, desejável e lícito começar de imediato a transformação socialista da sociedade com um salto qualitativo revolucionário, renunciando, portanto, ao menos provisoriamente, ao método democrático? Assim foi que a partir da segunda metade do século passado, ao contraste entre liberalismo e democracia, foi-se sobrepondo o contraste entre os defensores da liberal-democracia, de um lado, freqüentemente aliados entre si contra o socialismo considerado como negador tanto do liberalismo quanto da democracia, e os socialistas democráticos e não-democráticos, de outro, divididos não tanto pela oposição ao liberalismo (comum a ambos) quanto pelo diverso juízo dado a respeito da validade e da eficácia da democracia, ao menos no primeiro momento da conquista do poder. De qualquer modo, a dúvida sobre a validade do método democrático para a assim chamada fase de transição jamais cancelou por completo a inspiração democrática de fundo dos partidos socialistas, no que se refere ao avanço da democracia numa sociedade socialista, e a convicção de que uma sociedade socialista seria de longe mais democrática do que a liberal, nascida e crescida com o nascimento e o crescimento do capitalismo.

Em favor desse avanço da democracia socialista com respeito à democracia liberal, pode-se encontrar na imensa literatura do último século ao menos três argumentos: a) enquanto a democracia liberal — ou, polemicamente, capitalista e, do ponto de vista do sujeito histórico que a promoveu, burguesa — nasceu como democracia representativa na qual os representantes eleitos tomam suas decisões sem vínculo de mandato, a demo-

cracia socialista — ou, do ponto de vista classista, proletária — será uma democracia direta, no duplo sentido de democracia de todo o povo sem representantes e de democracia não de representantes mas de delegados cujos mandatos vinculados estão sujeitos a revogação; b) enquanto a democracia burguesa permitiu, até o extremo limite do sufrágio universal masculino e feminino, a participação no poder político, central e local, apenas a democracia socialista permitirá a participação popular também na tomada de decisões econômicas que numa sociedade capitalista são tomadas autocraticamente, representando nesse sentido não só um reforço da participação em intensidade, mas também uma extensão quantitativa, como efeito da abertura de novos espaços para o exercício da soberania popular em que consiste a essência da democracia; c) enfim, aquilo que mais importa: enquanto na democracia liberal a atribuição ao povo do direito de participar direta ou indiretamente das decisões políticas não procede no mesmo passo de uma mais equânime distribuição do poder econômico e, portanto, faz do direito de voto uma mera aparência, na democracia socialista essa mais equânime distribuição, tornando-se um dos objetivos primários da mudança do regime econômico, transforma o poder formal de participação em poder substancial e, ao mesmo tempo, realiza a democracia inclusive no seu ideal último, que é o da maior igualdade entre os homens.

O fato de que movimentos antitéticos como o movimento liberal e o movimento socialista tenham ambos abraçado o ideal democrático ao ponto de darem origem a regimes de democracia liberal e a regimes de democracia social, embora não socialista (um regime que seja ao mesmo tempo democrático e socialista até agora não existiu), pode fazer pensar que desde dois séculos a democracia é uma espécie de denominador comum de

todos os regimes que se desenvolveram nos países econômica e politicamente mais avançados. Mas não se deve acreditar que o conceito de democracia permaneceu o mesmo quando da passagem da democracia liberal à democracia social. No binômio liberalismo mais democracia, democracia significa principalmente sufrágio universal e, portanto, um meio de expressão da livre vontade dos indivíduos singulares; no binômio democracia mais socialismo, democracia significa ideal igualitário que apenas a reforma da propriedade proposta pelo socialismo poderá realizar. No primeiro binômio é consequência, no segundo um pressuposto. Como consequência, no primeiro completa a série das liberdades particulares com a liberdade política; como pressuposto, no segundo, será completada tão-somente pela futura e esperada transformação socialista da sociedade capitalista.

A ambigüidade do conceito de democracia surge em toda a sua evidência na assim chamada "democracia social", que deu origem ao Estado de serviços (expressão mais apropriada do que aquelas, respectivamente falsas por excesso e por defeito, de "Estado-bem-estar" e "Estado assistencial"). A democracia social pretende ser, com respeito à democracia liberal, uma fase ulterior, na medida em que inscreveu na própria declaração dos direitos os direitos sociais, além dos direitos de liberdade; pretende ser, ao contrário, com respeito à democracia socialista, apenas uma primeira fase. Tal ambigüidade se revela na dupla crítica que a democracia social recebe, ora da direita, por parte do liberalismo intransigente, que nela entrevê uma diminuição das liberdades individuais; ora da esquerda, por parte dos socialistas impacientes, que a condenam como solução de compromisso entre o velho e o novo que, mais do que favorecer a realização do socialismo, a obstaculiza e a torna até mesmo impossível.

16. O novo liberalismo

Voltando à relação entre liberalismo e democracia, não há dúvida de que a emergência e a difusão das doutrinas e dos movimentos socialistas, bem como a correspondente e explicitamente declarada aliança desses movimentos com os partidos democráticos, reabriram o contraste histórico entre liberalismo e democracia, exatamente no momento em que, caminhando os países mais avançados rumo ao sufrágio universal, parecia que entre liberalismo e democracia teria havido uma conciliação histórica definitiva. Se, efetivamente, como estava inscrito no programa dos partidos social-democráticos da Segunda Internacional, o processo de progressiva democratização levaria inevitavelmente ao socialismo, deveriam os liberais favorecer esse processo? Precisamente na reação contra o presumido avanço do socialismo, com seu programa geral de economia planificada e de coletivização dos meios de produção, a doutrina liberal foi cada vez mais se concentrando na defesa da economia de mercado e da liberdade de iniciativa econômica (bem como da correspondente tutela da propriedade pri-

vada), identificando-se com a doutrina econômica que na linguagem política italiana recebeu o nome de liberalismo. Como sempre ocorre, mesmo diante do contraste entre duas ideologias nascidas em contraposição uma à outra e nas suas linhas programáticas antitéticas, como liberalismo e socialismo, existiram tentativas de mediação ou de síntese, que vão do conhecido livro de Hobhouse (1864-1929) de 1911, *Liberalismo*, ao *Socialismo Liberal*, de Carlo Rosselli (1899-1937), de 1930 e, para ficar na Itália, ao liberal-socialismo, fórmula desconhecida em outros lugares, mas que, apesar disso, foi a idéia inspiradora de um pequeno partido antifascista, o Partido da Ação, que durou poucos anos (1942-1947). A antítese, porém, permaneceu e se foi reforçando e enrijecendo nos dois últimos decênios, em seguida a dois fenômenos historicamente muito relevantes: num primeiro tempo, o flagrante não-liberalismo dos regimes em que foi tentada pela primeira vez uma transformação socialista da sociedade; num segundo tempo, a emergência de aspectos não-liberais nos regimes em que mais avançou a realização do Estado-previdência. O socialismo liberal (ou liberal-socialismo) permaneceu até agora ou um ideal doutrinário abstrato — tão sedutor em teoria quanto dificilmente traduzível em instituições — ou uma das fórmulas que servem para definir aquele regime no qual a tutela do aparato estatal se estendeu dos direitos de liberdade aos direitos sociais.

Enquanto a conjugação de liberalismo e socialismo foi até agora tão nobre quanto veleitória, a progressiva identificação do liberalismo com o liberismo é um dado de fato indiscutível, cuja constatação serve para compreender um aspecto (e não dos mais irrelevantes) do atual litígio político que se estende dos Estados Unidos à Europa ocidental. Na Itália, um episódio extremamente significativo desse esclarecimento foi a disputa

entre Croce e Einaudi (1874-1961), travada nos últimos anos do regime fascista, sobre a relação entre o liberalismo ético-político e o liberalismo econômico. Nessa disputa, Einaudi, como economista liberal que era, sustenta contra Croce a tese segundo a qual liberalismo ético-político e liberalismo econômico (ou liberismo) são indissolúveis, e onde não há o segundo não pode haver o primeiro. Por sua vez, Croce, que sob certos aspectos era mais conservador do que Einaudi, sustenta a tese oposta, segundo a qual a liberdade, sendo um ideal moral, pode se realizar através das mais diversas providências econômicas desde que voltadas à elevação moral do indivíduo, citando com aprovação a “bela eulogia e apologia” do socialismo liberal feita por Hobhouse.⁶⁷

Ao se observar o significado prevalente de liberalismo, com referência particular às diversas correntes assim chamadas neoliberais, é preciso admitir que entre o filósofo e o economista teve razão o segundo. Por neoliberalismo se entende hoje, principalmente, uma doutrina econômica conseqüente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário. Ninguém melhor do que um dos notáveis inspiradores do atual movimento em favor do desmantelamento do Estado de serviços, o economista austríaco Friedrich von Hayek, insistiu sobre a indissolubilidade de liberdade econômica e de liberdade sem quaisquer outros adjetivos, reafirmando assim a necessidade de distinguir claramente o liberalismo, que tem seu ponto de

(67) Os mencionados escritos de Croce e de Einaudi foram reunidos no volume *Liberismo e Liberalismo*, P. Solari (org.), Nápoles, Ricciardi, 1957. O elogio a Hobhouse se encontra no primeiro desses escritos, *La Concezione Liberale come Concezione della Vita* (1927), p. 14.

partida numa teoria econômica, da democracia, que é uma teoria política, e atribuindo à liberdade individual (da qual a liberdade econômica seria a primeira condição) um valor intrínseco e à democracia unicamente um valor instrumental. Hayek admite que, nas lutas passadas contra o poder absoluto, liberalismo e democracia puderam proceder no mesmo passo e confundir-se um na outra. Mas agora tal confusão não deveria mais ser possível, pois acabamos por nos dar conta — sobretudo observando a que consequências não-liberais pode conduzir, e de fato conduziu, o processo de democratização — de que liberalismo e democracia respondem a problemas diversos: o liberalismo aos problemas das funções do governo e em particular à limitação de seus poderes; a democracia ao problema de quem deve governar e com quais procedimentos.

O liberalismo exige que todo poder — e, portanto, também o da maioria — seja submetido a limites. A democracia, ao contrário, chega a considerar a opinião da maioria como o único limite aos poderes governativos. A diversidade entre os dois princípios emerge do modo mais claro ao se atentar aos respectivos opostos: para a democracia, o governo autoritário; para o liberalismo, o totalitarismo.⁶⁸

Naturalmente, também o termo “liberalismo”, como todos os termos da linguagem política, conheceu diversos significados, mais ou menos amplos. Porém, o pensamento de von Hayek, exposto em numerosas obras que podem muito bem ser consideradas como a *summa* da doutrina liberal contemporânea, representa uma no-

(68) Friedrich von Hayek, *Liberalismo*, in *Enciclopedia del Novecento*, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, vol. 3, p. 990.

tável confirmação daquilo que foi o núcleo originário do liberalismo clássico: uma teoria dos limites do poder do Estado, derivados da pressuposição de direitos ou interesses do indivíduo, precedentes à formação do poder político, entre os quais não pode estar ausente o direito de propriedade individual. Tais limites valem para quem quer que detenha o poder político, inclusive para o governo popular, isto é, inclusive para um regime democrático em que todos os cidadãos têm o direito de participar mesmo que indiretamente da tomada das grandes decisões, e cuja regra é a regra da maioria. Até onde se estendem os poderes do Estado e até onde os direitos dos indivíduos, ou a esfera da assim chamada liberdade negativa, é algo que não pode ser estabelecido de uma vez para sempre: porém, é princípio constante e característico da doutrina liberal em toda a sua tradição, especialmente a anglo-saxã, que o Estado é tão mais liberal quanto mais reduzidos são esses poderes e, correlativamente, quanto mais ampla é a esfera da liberdade negativa. A diferença entre liberalismo e autoritarismo (melhor que totalitarismo) está na diversa conotação positiva ou negativa dos dois termos opostos, poder e liberdade, e das consequências que disso derivam. O liberalismo é a doutrina na qual a conotação positiva cabe ao termo “liberdade”, com a consequência de que uma sociedade é tanto melhor quanto mais extensa é a esfera da liberdade e restrita a do poder.

Na formulação hoje mais corrente, o liberalismo é a doutrina do “Estado mínimo” (o *minimal state* dos anglo-saxões). Ao contrário dos anarquistas, para quem o Estado é um mal absoluto e deve, pois, ser eliminado, para o liberal o Estado é sempre um mal, mas é necessário, devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis. Precisamente com base na êxito da fórmula “Estado mínimo” explica-se a

vastidão do debate travado em torno ao livro de Robert Nozick, *Anarquia, Estado e Utopia*, surgido em 1974.⁶⁹ A obra de Nozick move-se contra duas frentes: contra o Estado máximo dos defensores do “Estado de justiça”, ao qual são atribuídas funções de redistribuição da riqueza, mas também contra a total eliminação do Estado proposta pelos anarquistas. Embora com argumentos novos, Nozick retoma e defende a tese liberal clássica do Estado como organização monopolista da força cujo único e limitado objetivo é proteger os direitos individuais de todos os membros do grupo. Partindo da teoria lockeana do estado de natureza e dos direitos naturais, mas repudiando o contratualismo como teoria que vê o nascimento do Estado num acordo voluntário e se entrega à feliz (e talvez também falaz) idéia de uma criação da “mão invisível”, Nozick constrói o Estado como uma livre associação de proteção entre indivíduos que estão num mesmo território, cuja função é a de defender os direitos de cada indivíduo contra a ingerência por parte de todos os demais e, portanto, a de impedir qualquer forma de proteção privada, ou, dito de outra forma, a de impedir que os indivíduos façam justiça por si mesmos. Além do mais, quanto à determinação dos direitos individuais que o Estado deve proteger, a teoria de Nozick está genericamente fundada sobre alguns princípios do direito privado, segundo os quais todo indivíduo tem direito de possuir tudo o que adquiriu justamente (ou princípio de justiça na aquisição) e tudo o que adquiriu justamente do proprietário precedente (princípio de justiça na transferência). Qualquer outra função que o Estado

(69) Para um resumo do debate, com a correspondente bibliografia, ver F. Comanducci, “La meta-utopia di Nozick”, *Materiali per una Storia della Cultura Giuridica*, XII, 1982, pp. 507-523. Também existe uma tradução italiana do livro de Nozick, Florença, Le Monnier, 1981.

se atribua é injusta, pois interfere indevidamente na vida e na liberdade dos indivíduos. A conclusão é que o Estado mínimo, embora sendo mínimo, é o Estado mais extenso que se possa conceber: qualquer outro Estado é imoral.

A teoria de Nozick põe mais problemas do que é capaz de resolver: está toda fundada na aceitação da doutrina jurídica dos títulos de aquisição originária e derivada da propriedade, sobre a qual o autor não dá a mínima explicação. De qualquer modo, representa exemplarmente o ponto extremo a que chegou a reivindicação da tradição autêntica do liberalismo, como teoria do Estado mínimo, contra o Estado-bem-estar que se propõe, entre as suas funções, também a da justiça social. Como tal, não pode deixar de acertar as contas com a tradição do pensamento democrático, não tanto no que diz respeito à democracia igualitária (que, como se disse desde o início, mal se concilia com o espírito do liberalismo) quanto à própria democracia formal, cujo exercício levaria por toda parte — inclusive onde não se formaram partidos socialistas, como nos Estados Unidos — a um excesso de intervencionismo estatal incompatível com o ideal do Estado que governe o menos possível.

17. Democracia e ingovernabilidade

A relação entre liberalismo e democracia foi sempre uma relação difícil: *nec cum te nec sine te*. Hoje que o liberalismo parece mais uma vez ancorado, de resto coerentemente com a sua melhor tradição, na teoria do Estado mínimo, a relação tornou-se mais difícil do que nunca. Nesses últimos anos o tema principal da polêmica foi o da ingovernabilidade.⁷⁰ Enquanto que no início do litígio o alvo principal foi, como se viu, a tirania da maioria, donde derivou a defesa intransigente da liberdade individual contra a invasão da esfera pública mesmo que regulada à base do princípio de maioria, hoje o alvo principal é a incapacidade dos governos democráticos de dominarem convenientemente os conflitos de uma sociedade complexa: um alvo de sinal oposto, não o excesso, mas o defeito do poder.

(70) O debate sobre a ingovernabilidade das democracias nasceu com a obra coletiva de M. Crozier, S. P. Huntington e J. Watanuki, *La Crisi della Democrazia. Rapporto sulla Governabilità della Democrazia alla Commissione Trilaterale* (1975) (trad. it., Milão, Franco Angeli, 1977).

O tema da ingovernabilidade a que estariam predeterminados os regimes democráticos pode ser articulado em três pontos:

a) bem mais do que os regimes autocráticos, os regimes democráticos são caracterizados por uma desproporção crescente entre o número de demandas provenientes da sociedade civil e a capacidade de resposta do sistema político, fenômeno que na terminologia da teoria dos sistemas recebe o nome de sobrecarga. Tal fenômeno seria característico das democracias por duas razões opostas, mas convergentes para o mesmo resultado. De um lado, os institutos herdados pelo regime democrático do Estado liberal, que, como se disse, constituem o pressuposto do bom funcionamento do poder popular, da liberdade de reunião e de associação, da livre organização de grupos de interesse, de sindicatos, de partidos, à máxima extensão dos direitos políticos, fazem com que se torne mais fácil, por parte dos singulares e dos grupos, o encaminhamento de solicitações aos poderes públicos para serem atendidas no mais breve tempo possível, sob a ameaça de um enfraquecimento do consenso, numa proporção absolutamente desconhecida pelos governos autocráticos, onde os jornais são controlados pelo governo, onde os sindicatos não existem ou são dependentes do poder político, onde não existe outro partido a não ser o que apóia o governo ou é uma emanção direta dele. De outro lado, os procedimentos predispostos por um sistema democrático para tomar as decisões coletivas, ou que deveriam dar uma resposta às demandas propostas pela sociedade civil, são de ordem que desaceleram e às vezes esvaziam, através do jogo dos vetos cruzados, o próprio *iter* da decisão, à diferença do que ocorre num regime autocrático, onde a concentração do poder em poucas mãos (senão até mesmo um chefe carismático cuja vontade é lei) e a supressão das instâncias como o

parlamento — no qual as diversas opiniões são confrontadas e as decisões tomadas apenas após longos debates, com as próprias decisões do parlamento podendo ser submetidas ao controle de um órgão jurisprudencial como a corte constitucional ou ao próprio povo através do recurso ao *referendum* — permitem decisões rápidas, peremptórias e definitivas. Com uma expressão sintética, pode-se exprimir esse contraste entre regimes democráticos e autocráticos com respeito à relação entre demandas e respostas dizendo que, enquanto a democracia torna a demanda fácil e a resposta difícil, a autocracia torna a demanda mais difícil e tem mais fácil a resposta;

b) nos regimes democráticos a conflitualidade social é maior do que nos regimes autocráticos. Como uma das funções de quem governa é a de resolver os conflitos sociais de modo a tornar possível uma convivência entre indivíduos e grupos que representam interesses diversos, é evidente que quanto mais aumentam os conflitos mais aumenta a dificuldade de dominá-los. Numa sociedade pluralista, como é a que vive e floresce num sistema político democrático, onde o conflito de classe é multiplicado por uma miríade de conflitos menores corporativos, os interesses contrapostos são múltiplos, donde não é possível satisfazer um deles sem ofender um outro, numa cadeia sem fim. Que o interesse das partes singulares deva estar subordinado ao interesse coletivo é uma fórmula, com efeito, privada de um conteúdo preciso. Geralmente o único interesse comum a que obedecem os vários componentes de um governo democrático, de um governo em que os partidos singulares devem prestar contas aos próprios eleitores das opções feitas, é o de satisfazer os interesses que produzem maiores consensos e são sempre interesses parciais;

c) nos regimes democráticos o poder está mais amplamente distribuído do que nos regimes autocráticos;

neles se encontra, em contraste com o que ocorre nos regimes opostos, o fenômeno que hoje se denomina de poder “difuso”. Uma das características da sociedade democrática é a de ter mais centros de poder (donde o nome que bem lhe cabe de “poliarquia”): o poder é tanto mais difuso quanto mais o governo da sociedade é em todos os níveis regulado por procedimentos que admitem a participação, o dissenso e, portanto, a proliferação dos lugares em que se tomam decisões coletivas. Mais que difuso, o poder numa sociedade democrática também é fragmentado e de difícil recomposição. As consequências negativas dessa fragmentação do poder com respeito ao problema da governabilidade são logo reveladas: a fragmentação cria concorrência entre poderes e termina por criar um conflito entre os próprios sujeitos que deveriam resolver os conflitos, uma espécie de conflito à segunda potência. Enquanto o conflito social é dentro de certos limites fisiológico, o conflito entre poderes é patológico e termina por tornar patológica, exasperando-a, também a normal conflitualidade social.

A denúncia da ingovernabilidade dos regimes democráticos tende a sugerir soluções autoritárias, que se movem em duas direções: de um lado, em reforçar o Poder Executivo e assim dar preferência a sistemas de tipo presidencial ou semipresidencial em detrimento dos sistemas parlamentares clássicos; de outro lado, em antepor sempre novos limites à esfera das decisões que podem ser tomadas com base na regra típica da democracia, a regra da maioria. Se a dificuldade em que caem as democracias deriva da “sobrecarga”, os remédios, de fato, podem ser essencialmente dois: ou um melhor funcionamento dos órgãos decisoriais (nessa direção vai o acréscimo do poder do governo com respeito ao do parlamento) ou uma drástica limitação do seu poder (nessa direção vão as propostas de limitar o poder da maioria).

Todas as democracias reais, não a ideal de Rousseau, nasceram limitadas, no sentimento já esclarecido de que às decisões que cabem à maioria foram subtraídas desde o início todas as matérias referentes aos direitos de liberdade, chamadas precisamente de “invioláveis”. Uma das propostas avançadas por uma corrente de escritores neoliberais consiste em exigir que seja limitado constitucionalmente inclusive o poder econômico e fiscal do parlamento, de modo a impedir que a resposta política à demanda social acabe por produzir um excesso de despesa pública com respeito aos recursos do país. Ainda uma vez o contraste entre liberalismo e democracia se resolve na aceitação, por parte da doutrina liberal, da democracia como método ou como conjunto de regras do jogo, mas também, paralelamente, no estabelecimento permanente dos limites em que podem ser usadas aquelas regras.

Quando no século passado se manifestou o contraste entre liberais e democratas, a corrente democrática levou a melhor, obtendo gradual mas inexoravelmente a eliminação das discriminações políticas, a concessão do sufrágio universal. Hoje, a reação democrática diante dos neoliberais consiste em exigir a extensão do direito de participar na tomada das decisões coletivas para lugares diversos daqueles em que se tomam as decisões políticas, consiste em procurar conquistar novos espaços para a participação popular e, portanto, em prover à passagem — para usar a descrição das várias etapas do processo de democratização feita por Macpherson — da fase da democracia de equilíbrio para a fase da democracia de participação.⁷¹

(71) C. B. Macpherson, *The Life and Time of Liberal Democracy*, Oxford University Press, 1977 (trad. it., E. Albertoni (org.), Milão, Il Saggiatore, 1980). Segundo o autor, as quatro fases do desenvolvimento da democracia

Para quem examina essa constante dialética de liberalismo e democracia de um ponto de vista de teoria política geral, fica claro que o contraste contínuo e jamais definitivamente resolvido (ao contrário, sempre destinado a se colocar em níveis mais altos) entre a exigência dos liberais de um Estado que governe o menos possível e a dos democratas de um Estado no qual o governo esteja o mais possível nas mãos dos cidadãos, reflete o contraste entre dois modos de entender a liberdade, costumeiramente chamados de liberdade negativa e de liberdade positiva, e em relação aos quais se dão, conforme as condições históricas, mas sobretudo conforme o posto que cada um ocupa na sociedade, juízos de valor opostos: os que estão no alto preferem habitualmente a primeira, os que estão embaixo preferem habitualmente a segunda. Como em toda sociedade sempre existiram até agora uns e outros, o contraste benéfico entre as duas liberdades não é do tipo das que podem ser resolvidas de uma vez para sempre, com as soluções por ele recebidas sendo muitas vezes soluções de compromisso. Infelizmente tal contraste nem sempre é possível: não é possível nos regimes em que, no posto da primeira, há um poder sem limites; no posto da segunda, um poder acima de qualquer controle. Mas contra um e contra outro, liberalismo e democracia se transformam necessariamente de irmãos inimigos em aliados.

são a democracia protetora, a democracia de desenvolvimento, a democracia de equilíbrio e, por fim (ainda não realizada), a democracia participativa.